

2

O Contexto Internacional como uma Construção Social: O Papel da Memória e da Cultura Estratégica

Este capítulo desenvolverá as bases teóricas nas quais esta dissertação estará baseada. Primeiramente, a abordagem construtivista de Alexander Wendt será analisada. Assim, serão abordados seus pensamentos sobre identidade, idéias e interesses, dentre outros. Na segunda seção o conceito de cultura estratégica será descrito. Já na terceira, a atenção deste capítulo se voltará para o enfoque da memória coletiva. Por fim, este capítulo tecerá suas considerações metodológicas, bem como apresentará suas justificativas do tema e da escolha dos três países abordados.

2.1

As Relações Internacionais Como Uma Construção Social

A teoria construtivista das Relações Internacionais surgiu no final da década de 80 através da publicação do livro *World of our Making- Rules and Rule in Social Theory and International Relations* (1989) de Nicholas Onuf, bem como por intermédio do *artigo Anarchy is what States Make of It* de Alexander Wendt publicado em 1992.

O construtivismo se desenvolveu no contexto do debate nas ciências sociais sobre o papel das idéias e dos valores no estudo dos eventos sociais. Ele também estava inserido em outro debate de grande relevância dentro do estudo das RI: o da antecedência ontológica dos agentes ou da estrutura.

A idéia central desta teoria é a de que não vivemos em um mundo que nos é imposto, pré-determinado. Os agentes podem mudá-lo, ou seja, o mundo é

socialmente construído. Este se encontra em permanente construção. Contudo, esta construção não é perfeita: os agentes podem mudar o mundo, contudo dentro de certos limites, pois a estrutura constrange os agentes. Desta forma, para inúmeros autores desta abordagem, nem os agentes, nem a estrutura teriam antecedência. O que ocorre é uma mútua constituição: os atores estão imersos numa estrutura social que os constitui e que, por sua vez, é também constituída por esses atores no processo de interação (Veja, por exemplo, Wendt, 1999, p.12).

Na base do argumento construtivista também está o pensamento de que as estruturas são definidas, não apenas por forças materiais, mas em grande parte, por idéias compartilhadas, e que as identidades e os interesses dos atores são construídos por estas idéias. Desta forma, idéias e normas desempenham um papel central na constituição da realidade, bem como na definição de identidades e interesses dos agentes. Ou seja, de acordo com Katzenstein, Keohane, e Krasner, o construtivismo reconhece a importância de “inter-subjective structures that give the material world meaning,” o que inclui normas, cultura, identidade e idéias sobre o comportamento estatal ou sobre as RI de forma mais abrangente (Katzenstein et al, 1998, p.679).

Se antes do surgimento desta teoria, o campo das RI só levava em consideração fatores materiais ao explicar a realidade internacional, com o construtivismo os fatores ideacionais ganham destaque. Como consequência deste fato, muitos autores construtivistas passam a explicar a conduta externa também através de fatores domésticos¹. Esta é uma questão essencial, tendo em vista o tema deste trabalho. Como será visto, mais adiante, por exemplo, no caso alemão, houve um intenso debate interno no início da década de 90 acerca das intervenções humanitárias.

Assim, esta abordagem foi selecionada para servir de base teórica uma vez que nesta dissertação pretende-se estudar fatores que moldam as preferências do Estado em relação ao debate sobre a intervenção em prol dos direitos humanos, baseada na noção da responsabilidade de proteger. Este trabalho parte da crença de que a postura dos países a respeito da R2P não pode ser explicada apenas por

¹ Contudo, nem todos construtivistas. Inclusive, como será visto neste capítulo (na subseção 2.1.2), Maja Zehfuss critica Alexander Wendt justamente por não lidar como os debates internos.

fatores materiais. Acredita-se, portanto, que é necessário recorrer a enfoques que levem em consideração o papel das idéias na formação da identidade coletiva, assim como na definição de interesses. Inclusive porque, como será visto mais adiante, esta dissertação dará grande destaque a uma forma específica de fator ideacional: ao papel da memória coletiva na construção de escolhas políticas.

Deve-se também destacar que o construtivismo pode acrescentar noções valiosas ao tema tratado neste trabalho, pois este dá grande destaque ao papel das normas². Autores construtivistas como Klotz (1995) indicam como normas podem alterar os interesses e modificar as práticas estatais. Como Finnemore proclama:

Over time, states construct rules among themselves about when intervention is legitimate or necessary. These rules are not divorced from power and interests. To the contrary, rules about intervention are strongly if not entirely shaped by the actions of powerful states that actually have the capacity to intervene (2003, p.5).

Assim, o construtivismo ao contrário de fazer um contraponto ingênuo ao realismo, leva em consideração o poder e a instrumentalização das normas em prol de interesses particulares. Desta forma, esta dissertação concorda com Crawford quando esta afirma que o construtivismo é a corrente (conjuntamente com os pós-estruturalistas) que tem condições de explicar as intervenções humanitárias:

Constructivists, emphasizing the historical and social construction of institutions and practices, can tell us that the practice and problems of humanitarian intervention are not new, but the meaning of humanitarian intervention is not necessarily constant (Crawford, 2002, p.426).

Por fim, vale lembrar que apesar da existência dessas premissas centrais e comuns a todos construtivistas, existem inúmeras divergências entre estes. Nesta seção, será utilizada principalmente a obra de Alexander Wendt, assim como a de Maja Zehfuss, crítica ao pensamento de Wendt no que tange à formação da identidade nacional. Porém, ao longo deste capítulo – ao tratarmos da memória

² É importante notar que normas dizem respeito a padrões de comportamento definidos em termos de direitos e obrigações; já as regras constituem aplicações específicas de normas a situações particulares (veja, Cortell & Davis, 1996, p.452). Contudo, este trabalho não traçará diferenciação entre estes conceitos, tendo em vista que este não trata de normas e regras per se, mas nas posições dos três países perante a R2P.

coletiva e da cultura estratégica – as obras de outros autores construtivistas serão analisadas.

2.1.1

O Pensamento de Alexander Wendt.

O construtivismo de Wendt é uma versão moderada estruturalista e ratificadora da aplicação da abordagem científica nas ciências sociais³. Para Wendt, “[t]heory reflects reality, not the other way around” (Wendt, 1999, p.47). Assim, o construtivismo de Wendt é caracterizado como “via média”, pois adota uma perspectiva científica de produção de conhecimento (ibid, p.39-40).

No que diz respeito à estrutura, este autor não concorda nem com Waltz (que diz que é um fenômeno material) nem com os pós-positivistas que pregam o “ideas all way down”: “To varying degrees, social kinds are materially grounded, self-organizing phenomena with intrinsic powers and dispositions that exist independent of the minds and/or discourse of those who would know them” (ibid, p.77). Para Wendt a estrutura é tanto material quanto ideacional, porém dá destaque para o aspecto social. “I argue that brute material forces have some effects on the constitution of power and interest, and as such my thesis is not ideas all the way down” (ibid, p.96). Para este autor, idéias e valores são centrais para qualquer análise, pois existe um mundo material, contudo este é socialmente construído, desta forma, é produto das idéias e dos valores dos agentes que o constituem. Em outras palavras, a estrutura de qualquer sistema social conterà:

³ Além disso, compartilha com os realistas o estadocentrismo. Segundo Wendt, não é possível estudar todas as facetas do cenário internacional (por exemplo, todos os atores), então prioriza o sistema de Estados afirmando que isso não faz dele um realista (tampouco afirma que essa faceta é a única que deve ser estudada). Em suas palavras, “There are many things in world politics that states systemic theorizing cannot explain, but this does not mean the things which it does explain should be lost” (Wendt, 1999, p.15). Além disso, não concorda com a idéia dos críticos do neo-realismo de que esta visão estadocentrica permite somente teorias “problem-solving”, excluindo pensamentos voltados para mudança radical. Para Wendt, Estados podem se engajar na transformação estrutural.

condições materiais, interesses e idéias. Ou seja, a estrutura internacional tem também dimensão cultural.

Em relação ao debate agentes/estrutura, Wendt compartilha a premissa central do construtivismo, já mencionada, de mútua construção de ambos. Assim, como já foi abordado, o mundo é socialmente construído e não pré-dado. Como consequência direta deste pensamento, Wendt defende a existência da agência. Os agentes influenciam a estrutura mesmo considerando que suas ações são limitadas, constrangidas: “(...) the relationship between agency and structure is not one of ‘interaction’ but of ‘mutual constitution’ instead” (ibid, p.171).

Como o mundo não é pré-determinado e sim construído, Wendt aponta para a existência de três culturas de anarquia: a Hobbesiana, a Lockeana e a Kantiana. A primeira é a da inimizade, onde os Estados estão envolvidos em um contexto de desconfiança e onde a lógica prevalecente é a da auto-ajuda. A segunda é a da rivalidade, marcada por uma competição sobre recursos e poder. Por fim, a Kantiana é uma cultura de cooperação e amizade. As disputas não são resolvidas mediante uso da força, nem através da ameaça do uso desta (Wendt, 1992a, p.312). Assim, para este autor, os Estados não estão pré-determinados a ter um comportamento egoísta pautado pela inimizade.

Ao explicar a mútua constituição mencionada acima, Alexander Wendt defende a existência tanto de efeitos causais quanto constitutivos ⁴:

(...) to understand the difference that ideas and social structures make in international politics we need to recognize the existence of constitutive effects. Ideas or social structures have constitutive effects when they create phenomena - properties, powers, dispositions, meanings, etc. - that are conceptually or logically dependent on those ideas or structures, that exist only “in virtue of” them. The causal powers of the master do not exist apart from his relation to the slave; terrorism does not exist apart from a national security discourse that defines terrorism (Wendt, 1999, p.88).

Por causa da dupla existência de efeitos causais e constitutivos, para este autor, as idéias constituiriam fatores materiais. Porém, é necessário lembrar que, de acordo com a sua visão, não é *ideas all way down*:

⁴ Nas próprias palavras do autor, efeito causal “describes a change in the state of Y as a result of a change in the state of an independently existing X”. Já os constitutivos, “describes how the properties of an X make a Y what it is” (Wendt, 1999, p.25).

(...) at some level material forces are constituted independent of society, and affect society in a causal way. Material forces are not constituted solely by social meanings, and social meanings are not immune to material effects. On the other hand, it is only because of their interaction with ideas that material forces have the effects that they do; the material fact that Germany has more military power than Denmark imposes physical limits on Danish foreign policy toward Germany, but those limits will be irrelevant to their interaction if neither could contemplate war with the other. So the relationship between material forces and ideas works both ways (p.111&112).

Levando em consideração o tema tratado nesta dissertação, é interessante notar o pensamento de Wendt acerca da constituição de interesses e identidades. Segundo ele, as idéias - além das forças brutas materiais - constituiriam poder e interesses: “The central thesis is that the meaning of power and the content of interests are largely a function of ideas” (ibid, p.96). Ou seja, esses não seriam pré-determinados: “Actors do not have a ‘portfolio’ of interests that they carry around independent of social context; instead, they define their interests in the process of defining situations” (Wendt, 1992a, p. 398).

Poder e interesse continuam sendo conceitos importantes, como são para os teóricos realistas, contudo para o autor construtivista, eles são sobretudo constituídos por idéias – ao contrário de simplesmente forças materiais:

(...) only a small part of what constitutes interests is actually material. The material force constituting interests is human nature. The rest is ideational: schemas and deliberations that are in turn constituted by shared ideas or culture. (...) My goal here is not to show that interests do not matter, but to show how little of them a properly specified materialism can explain, and to claim the rest for idealism (Wendt, 1999, p.115).

A natureza humana mencionada pelo autor estaria relacionada a cinco necessidades materiais: segurança física, segurança ontológica, socialização, autoestima e transcendência (ibid, p.131&132). Este é um tema importante levando em consideração o objetivo deste trabalho. Inclusive por que, ao analisar os posicionamentos alemão, brasileiro e indiano, esta dissertação destacará o papel da memória e esta está diretamente relacionada às mencionadas necessidades.

Um exemplo importante do exposto no parágrafo anterior está presente no capítulo cinco. Neste será dito que dada a memória alemã relativa às graves violações dos Direitos Humanos praticadas durante o holocausto, este país sente

uma necessidade de fortalecer sua autoestima. Esta necessidade implicará, dentre outros fatores, em uma postura mais assertiva na resolução de conflitos.

Conforme foi dito, o interesse nacional é constituído principalmente por idéias, assim sendo, este não é imutável conforme realistas acreditam – para Wendt, processos relacionais podem modificar as identidades e diferentes identidades dão origem a diferentes interesses.

(...) this approach suggests new possibilities for foreign policy and systematic change. In raising this issue it should be emphasized that saying that interests are made of ideas does not mean they easily can be changed in any given context. Idealism is not utopianism, and it is often harder to change someone's mind than their behavior. (...) However, to the extent that interests are constituted by beliefs we can have more hope of changing them than we could if they simply reflected human nature (sort of genetic engineering) (Wendt, 1999, p.115).

Assim como os interesses, as identidades⁵ também não seriam dadas e sim desenvolvidas e transformadas através da interação. Nas próprias palavras de Wendt: “identities may be hard to change, but they are not carved in stone” (ibid, p.21). Assim sendo, apesar de não serem dadas, são relativamente estáveis. Isto ocorre, principalmente pelo fato de os Estados terem uma ordem legal-institucional estabelecida *a priori*, antes da interação: a identidade corporativa, que seria fruto do nível interno. Esta estaria relacionada a quatro interesses nacionais dos Estados: preservação da sua segurança física, autonomia, bem-estar econômico e autoestima coletiva (ibid, p. 233). Desta forma, estes fatores gerariam, segundo Wendt, a mencionada tendência à estabilidade das identidades.

O conceito de identidade é central para o argumento deste autor, pois mudanças nesta é que possibilitariam transformações na forma de os Estados se relacionarem. Gerando a possibilidade da criação de diferentes culturas de anarquia:

A world in which identities and interests are learned and sustained by intersubjectively grounded practice, by what states think and do, is one in which

⁵ Identidades para Wendt são “relatively stable, role-specific understandings and expectations about self”, (Wendt, 1992, p. 397). Além da identidade corporativa, Alexander Wendt menciona três outras identidades: a de tipo, de papel e a coletiva (ibid, p.45).

“anarchy is what states make of it”. States may have made that system a competitive, self-help one in the past, but by the same token they might “unmake” those dynamics in the future (Wendt, 1992b, p.183).

Desta forma, instituições - como a autoajuda no nível internacional- são “relatively stable set or ‘structure’ of identities and interests” (Wendt, 1992a, p.397). Isso significa que, o tipo de anarquia que irá prevalecer dependerá das noções de segurança que os Estados desenvolverão, e paralelamente, de como estes constroem as suas identidades.

Na próxima subseção, a crítica de Zehfuss a essa descrição de identidade será abordada. Mas desde já vale ressaltar que essa idéia de mutabilidade de identidade e interesses possui estreitas ligações com o tema desta dissertação, pois esta versa sobre preferências de Estado em relação ao debate não intervenção versus Responsabilidade de Proteger.

2.1.2

Maja Zehfuss e o Pensamento de Wendt Sobre a Identidade Nacional.

Zehfuss em *Constructivism in International Relations: The Politics of Reality* (2002) constrói uma interessante crítica ao pensamento de Wendt sobre a identidade estatal. Segundo esta autora, uma das grandes deficiências da teoria de Wendt está justamente em explicar como as identidades são constituídas (p.41). Wendt acabou defendendo a existência de uma identidade de certa forma pré-dada. Assim como descrevendo os atores, os Estados, como unitários - inclusive, cujas premissas principais já se encontram definidas antes mesmo da interação social:

This closure enforces a strict separation between the domestic and international realms. The approach makes the domestic realm an exogenous problem, ignoring both domestic processes of identity formation and the interplay of activities at the domestic and international levels. Although Wendt acknowledges that something significant happens inside states, these processes are treated as always already completed when international interaction takes place. They are in Wendt’s words

‘ontologically prior to the states system’. Because states confront the world as unitary actors, their corporate identity must be established *a priori* (Zehfuss, 2002, p.61).

Assim, ao tratar o Estado como unitário e ao se basear na identidade corporativa, Wendt não aborda as intervenções do nível internacional na formação da identidade de um Estado:

Wendt informs us that “[w]hat makes... Germany ‘Germany’ is primarily the discourse and agency of those who call themselves Germans, not the agency and discourse of outsiders”. The identity of the state as Germany is therefore not created in social interaction. It is, as corporate identity, prior to international politics⁶ (Zehfuss, 2002, p.88).

De acordo com a autora, “the domestic and international thus look less separate than Wendt asserts” (ibid, p.61). Para exemplificar esse fato, Zehfuss aborda a mudança na política de segurança alemã no pós Guerra Fria. Como esse é um tema do quinto capítulo, ele será abordado apenas superficialmente nesta seção. Contudo, desde já é importante notar que o debate interno alemão em relação à participação militar em operações de paz estava fortemente ligado à percepção de atores externos. Ou seja, o debate interno não estava imune às influencias externas.

Outro aspecto ressaltado por Zehfuss é a existência de múltiplas representações de identidades diferentes que são discutidas no nível interno. Ao Wendt enxergar os Estados como entidade unificada, este menciona que a história é importante, contudo a autora chama a atenção do leitor para o fato de que Wendt parece não levar em consideração que histórias *múltiplas* são importantes:

Wendt’s recognition that domestic politics influences state behavior and state identity fails to address the complexity of the issue at hand. Viewed in the context of Wendt’s framework, the issue considered here must be construed around a state with an identifiable identity, what is denoted by ‘Germany’. The insecurity of the German state’s identity can thus at best be considered a curiosity. Although Wendt claims that ‘[h]istory matters’, multiple histories do not. ‘Germany’ makes an appearance only as a unified entity⁷ (Zehfuss, 2002, p.90).

⁶ As referências presentes no texto de Zehfuss foram retiradas. Ela cita neste trecho as páginas 74 e 328 do *Social Theory of International Politics*.

⁷ A autora retirou as citações do *Social Theory of International Politics*, pp. 264, 364 e 109, respectivamente.

Zehfuss também ressalta que Wendt não opera a virada linguística⁸. Tanto no seu livro já mencionado quanto no artigo *Constructivism and Identity: A Dangerous Liaison* a autora critica essa omissão na obra de Wendt. A produção de discursos é essencial tendo em vista que esta contribui para a mudança nas identidades, e por consequência, influi na mudança de postura dos atores no cenário internacional (Zehfuss, 2001, p.332).

Para esta autora, Alexander Wendt se foca no comportamento dos atores, sem abordar o contexto linguístico:

[C]ommunication turns out to be similar to an exchange of moves in game theory. Reaching an interpretation of a situation consists in an exchange of moves where *ego* classifies *alter's* gestures and responds to them on the basis of its – *ego's* – experiences⁹. The interpretation is unrelated to the meaning *alter* attributes to its gesture (...). A linguistic exchange in which these judgments and interpretations and the experiences on which they are based could be at issue does not take place. Reaching a shared interpretation of the situation, if it is possible, is based on trial and error. Using this approach, it seems impossible to analyze communication about the meaning of certain situations or actions. Wendt's actor's cannot communicate about their behavior; they communicate through their behavior (Zehfuss, 2002, p.29).

A ausência do discurso gera prejuízos para o próprio pensamento de Wendt acerca da constituição da identidade:

The account is unsatisfactory as we get little sense of what exactly happens when identities, which Wendt considers to be 'relatively stable', change. The centrality of physical gestures in Wendt's explication of social action renders it impossible to analyze identity formation as a discursive process. The recognition of 'rhetorical practice' and 'verbal communication' as significant is a step in the right direction, but fails to address how discourse should be analyzed. This omission is crucial because (...) the competing identities narratives highlighted by an exploration of the discursive constitution of identity endanger the assumption that states are pre-given, unitary actors (Zehfuss, 2002, p.61).

⁸ A virada linguística é a aplicação das idéias de filosofia da linguagem às Relações Internacionais: "A principal característica dessa mudança é a inclusão do entendimento da linguagem não só como ferramenta de descrição da realidade a ser analisada, mas também como variável a ser entendida como construtora, ela própria, da realidade.

A virada linguística deve muito às idéias do filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein (1889-1951), para quem a realidade não podia ser compreendida senão como resultado de uma complexa prática social de construção da relação entre as "coisas" e seus significados sociais" (Barros, 2006, p.47).

⁹ Grifos da autora.

Em suma, Zehfuss constrói uma interessante crítica ao pensamento de Wendt. Este autor não enxergaria a articulação das expectativas externas no meio interno, que ocorreria para Maja Zehfuss durante o processo de constituição da identidade. Assim como ao tratar o Estado como algo unitário, não trataria dos debates internos. Por fim, o papel do discurso também foi esquecido ao longo da obra de Wendt.

Conforme será visto mais adiante, estas questões serão fundamentais ao analisarmos, especialmente, o posicionamento alemão perante intervenções humanitárias. Assim, estes temas levantados por Zehfuss serão retomados de forma mais profunda mais adiante, principalmente a partir da experiência alemã, da qual a própria Zehfuss já tratou em sua obra.

2.2

A Cultura Estratégica

A cultura estratégica é uma subárea da cultura política. Esta última está relacionada ao repertório nacional de interesses e ideais que influenciam a tomada de decisão política. Ou seja, constitui o “subset of beliefs and values of a society that relate to the political system”, incluindo desde valores como princípios democráticos, idéias sobre moralidade e uso da força, até posições sobre o papel do país na política global (Almond & Verba, 1965, p. 11-14). Por sua vez, a cultura estratégica, que como já foi dito, constitui uma subárea desta, é própria do campo da segurança, das questões estratégicas.

O conceito “cultura estratégica” foi mencionado pela primeira vez por Jack Snyder em 1977. Este autor descreveu a cultura estratégica como um conjunto de crenças e atitudes que guiam o pensamento ao lidar com questões estratégicas, bem como influenciam o modo como estas questões são formuladas

(Johnston, 1995, p.5). Contudo, deve-se notar que há uma grande diversidade de definições:

One reason why strategic culture is often criticized is because of the diversity of definitions that have been used by analysts and the difficulties this has generated for knowledge building. Some writers have adopted a narrow military definition linking it to traditional strategic criteria for considering various possible courses of action to attain a specific objective or qualify this by considering strategic culture only as it applies to the nuclear realm. Additionally, others have preferred to focus on the grand strategies of states and include aspects such as economics and diplomatic ways of attaining a state's objectives in addition to military ones (Howlett, 2005).

Kartchner destaca o fato de a cultura estratégica poder ser considerada um sistema compartilhado de significado, como também pode remeter a uma coleção de preferências de valores, definindo desejos e objetivos de segurança do grupo:

(1) Strategic culture can be considered a “shared system of meaning,” with language and terms that are understood and agreed within a given culture, and identifying and defining what is considered “rational” within a society. It is a way of interpreting the world, a way of relating to the community, its members, and the relationship of the community to other communities. It is based on “evolving meanings conditioned by historical precedent and contemporary experience.” In this sense, strategic culture helps define the “means” of a group or nation's national security policy.

(2) Strategic culture may be seen as a “collection of value preferences,” specifying what a group, state's, or society's appropriate security objectives and desires are. That is, strategic culture contributes to defining the “ends” of a group or nation's national security policy.

(3) Strategic culture is a source of determining what constitutes allowable or optimal behavior, or a “template for human action,” relating ends and means in an appropriate, and culturally-sanctioned manner. Cultural influences can be considered a “template for human strategy” and those strategies can in turn be reflected in behavior. In other words, this aspect of culture relates the meaning of the first aspect of culture (a system of shared meaning), with the objectives representing the collective value preferences, and helps determine appropriate means for achieving those ends (2006, pp.7-8).

Segundo Duffield, “[t]he overall effect of national security culture is to predispose societies in general and political elites in particular toward certain actions and policies over others”. Este autor acrescenta que: “[s]ome options will

simply not be imagined...some are more likely to be rejected as inappropriate or ineffective than others” (Duffield, 1999, p.771).

A cultura estratégica, então, impulsiona ou não o comportamento dos atores quanto à adesão a normas domésticas e internacionais– no caso dessa pesquisa, a R2P. Desta forma, a *cultura estratégica* é um termo especialmente interessante para esta dissertação tendo em vista que esta nos ajuda a explicar por que doutrinas específicas, como a R2P, por exemplo, angariam legitimidade internacional.

A adesão - ou a rejeição - a normas internacionais mais provavelmente ocorrerá quando essas forem consideradas legítimas pela cultura estratégica predominante e quando se nota que essa decisão permite atingir resultados almejados dentro do contexto da cultura estratégica (Kartchner, 2006, p.9).

Alastair Johnston (1995) ao analisar diversos estudos que lidam com o pensamento estratégico através de uma perspectiva cultural apontou para a existência de “três gerações” de estudos sobre cultura estratégica.

A primeira seria caracterizada por um enfoque na tentativa de explicar o motivo de os soviéticos e norte-americanos aparentemente pensarem de forma diferente a respeito da estratégia nuclear. Os autores dessa primeira geração explicariam essas diferenças através de fatores como geografia, tipos de arranjos políticos internos e experiências históricas (Johnston, 1995, p.35).

Johnston aponta algumas fragilidades teóricas dessa geração como a existência de um determinismo ao tratar da relação entre cultura e comportamento, assim como a exclusão da possibilidade de existência de múltiplas culturas estratégicas em um mesmo país (ibid, p. 37-39).

Já a segunda geração não compartilha o determinismo mencionado por Johnston, pois parte da idéia de que há uma diferença entre o que os políticos pensam ou dizem que estão fazendo e os motivos verdadeiros pelos quais os políticos adotam certas medidas. Desta forma, a cultura estratégica é percebida como um instrumento dos grupos políticos já que os verdadeiros motivos, pautados em interesses particulares, ficariam encobertos por intermédio do discurso dos formuladores de política militar.

Por fim, a terceira geração de cultura estratégica é marcada por uma metodologia positivista. A cultura é caracterizada como uma variável independente e o comportamento político como uma variável dependente. Como

um dos principais autores desta geração pode-se citar o próprio Johnston. O seu livro *Cultural Realism: Strategic Culture and Grand Strategy in Chinese History* (1995) é frequentemente citado como um dos trabalhos centrais da terceira geração.

Outro autor de grande relevância cujo pensamento é característico desta última geração é Thomas Berger. Em seu importante livro *Cultures of Antimilitarism: National Security in Germany and Japan* (1998), ele trata de “antimilitarist political-military cultures”: “Among comparable advanced industrial nations they stand out for their extraordinary reluctance to become actively involved in international military security affairs” (p.1). Assim, esses países que teriam os meios de se tornarem superpoderes militares, mostraram uma grande relutância para tal dada sua cultura antimilitarista do pós-guerra. De acordo com Berger, crenças culturais e valores funcionam como uma lente nacional que molda as percepções de eventos e que, inclusive, direciona possíveis respostas da sociedade:

[I]ndividuals or groups with different cultural backgrounds are likely to respond quite differently even when confronted with objectively identical situations. For example, if German and Japanese policymakers had the same cultural attitudes toward defense and national security as, say, French policymakers do, it is safe to assume that they would pursue policies very different from those that they have in fact pursued (ibid, p.35).

O pensamento de Berger será tratado quando esta dissertação se debruçar sobre o estudo de caso alemão. Mas vale destacar desde já a importância que este autor dá para a memória tendo em vista que este é o tema da próxima seção deste capítulo. Para ele, “[i]n the final analysis, German and Japanese antimilitarism can best be explained by each nation’s struggle to draw lessons from its troubled past” (ibid, p.6).

Por fim, vale citar um importante conjunto de estudos também circunscritos na terceira geração que lidam com as normas no contexto da segurança. Estes trabalhos constituem uma interseção entre os estudos construtivistas e os culturalistas. Um notório livro presente nesta interseção é o

The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics organizado por Peter Katzenstein. Na conclusão deste, o editor define “culture and identity as important causal factors that help define the interests and constitute the actors that shape national security policies and global insecurities” (1996, p.537).

Outro autor que ressalta o papel desempenhado pelas normas é Jeffrey Lantis. Para este autor, a cultura estratégica abarca não só elementos materiais, como por exemplo, recursos militares, mas também ideacionais:

Given the range of potential influences on the development of strategic culture, it is imperative for studies to accurately gauge the dynamics at work in any particular society. Material factors form only one important pillar of the milieu that can influence strategic choices. More nuanced (and well informed) cultural studies will identify predispositions and related ideational factors that may also shape security policy (Lantis, 2006, p.19).

Segundo Lantis, as normas, seja pela adoção espontânea ou pela pressão externa, abrem espaço para mudanças em relação às possibilidades de se recorrer legitimamente ao uso da força. Neste sentido, não só os elementos materiais são centrais na definição de uma cultura estratégica, tendo em vista que fatores ideacionais e as predisposições identitárias também são muito importantes (Lantis, 2009, pp.40-41).

Essa terceira geração também não é imune às críticas. Em relação à obra de Johnston, de acordo com Neumann e Heikka, esse comete o erro - que também é próprio da primeira geração - de utilizar uma metodologia positivista ao contrário de abordar a cultura como fenômeno constitutivo. Segundo Neumann e Heikka a cultura não pode ser vista como uma variável independente passível de ser isolada (Neumann e Heikka, 2005, p.9).

A visão de Neumann e Heikka acerca da cultura estratégica leva em consideração a relação entre o contexto internacional e o doméstico (ibid, p.10). Essa perspectiva também é adotada por Lantis:

The cases of the evolution of German and Japanese security policies are better understood as a product of domestic political adjustments (rooted in culture,

traditions, and common historical narratives) to changing international circumstances. Far from an exclusive interpretation, progressive models that explore external-internal linkages and their impact on discrete, strategic choices represent an important avenue for theoretical advancement (Lantis, 2006, p.31).

Assim, tendo em vista as questões que serão tratadas neste trabalho, este estará baseado nesta visão de cultura estratégica que leva em consideração as ligações entre o nível internacional e o interno. Posto de outra forma, uma leitura que aborde os efeitos das pressões internacionais no nível doméstico. Assim como, na idéia de que a cultura apresenta também efeitos constitutivos.

Ao longo dos estudos de caso, esta dissertação buscará demonstrar como a cultura estratégica dos três países facilita ou impede a adesão à R2P. Como Kartchner ressaltou ao tratar do caso das armas de destruição em massa, de acordo com o seu modelo de cultura estratégica, a rejeição de regimes internacionais e normas é mais provável de ocorrer quando:

(1) Such rejection or adherence is deemed “rational” within the system of shared meaning defined by the prevailing strategic culture, as sanctioned or endorsed by the keepers or holders of the strategic culture. For example, members of the culture may not view international norms as “valid” or “legitimate” especially if those norms were established by groups considered hostile to the given culture. They may not view them as relevant or enforceable, or they may even view them as tools of the adversary. These perspectives will often be conditioned by past historical experiences, shared narratives, or as precepts based on the culture’s scriptural or written records.

(2) Such rejection or adherence is perceived by the holders or keepers of the strategic culture as enabling the group, organization, or state to achieve culturally-endorsed outcomes, or outcomes deemed appropriate by the prevailing strategic culture (whether at the organizational, societal, or systemic levels).

(3) The ends and means for achieving the culturally endorsed outcome (rejecting or adhering to international WMD [weapons of mass destruction] norm adherence) are consistent with, or enabled by the “repertoire or palette of adaptive responses” deemed appropriate by the keepers or holders of that strategic culture (Kartchner, 2006, p.9).

Em suma, será mostrado como a cultura estratégica atua como um filtro “validando” normas - as que forem consideradas aceitáveis pela cultura estratégica predominante - ou “rejeitando” essas. Em outras palavras, no estudo dos casos da Índia, Brasil e Alemanha esta dissertação abordará como a R2P foi validada ou rejeitada através das lentes da cultura estratégica.

2.3

O Papel da Memória Coletiva

A memória coletiva desempenha um importante papel no processo de legitimação/rejeição da R2P¹⁰. A maneira através da qual memórias de eventos passados são interpretadas influencia a postura dos países perante intervenções humanitárias em geral e, mais especificamente, perante a R2P. Além disso, como será abordado mais adiante, a memória ajuda a constituir a identidade estatal.

A memória coletiva chama a atenção para um passado, que ao contrário de ser algo separado do presente, está intimamente relacionado ao tempo presente:

At a very general level memory refers to the process or faculty whereby events or impressions from the past are recollected and preserved. Collective memory – or one of its many cognate terms, including social and cultural memory – refers, again in a general sense, to widely shared perceptions of the past. It shapes the story that groups of people tell about themselves, linking past, present and future in a simplified narrative. It is what keeps the past – or at least a highly selective image of it – alive in the present (Bell, 2006, p.2).

Em outras palavras, o passado “haunts the present”. Assim estudos sobre a memória coletiva nasceriam justamente do desejo de estudar os impactos do passado no presente. Estes surgiram em parte a partir da:

[A]nxiety caused by the failure of modernity and of scientific enterprise to provide an adequate account of that which, although past, continues to haunt the present because it represents things that have been pushed aside without being confronted and resolved (Megill, 1998, p.56).

Ao contrário de defender uma memória neutra de um passado que existe independentemente das suas representações, esta é percebida como interpretativa; baseada em fatores culturais, psicológicos, etc. Como Avishai Margalit nos

¹⁰ Este trabalho, ao lidar com a memória, adota como indicador o discurso de representantes dos três países abordados.

lembra, “[m]emory... is *knowledge from the past*. It is not necessarily *knowledge of the past*” (2003, p. 14). Conforme La Capra afirma, nenhuma recordação do passado é primária:

Ningún recuerdo es puramente primario. Está afectado por elementos que no derivan de la experiencia misma. En la medida en que un acontecimiento resulta traumático, genera una brecha o un hueco en la experiencia. Es procesado de otro modo –y afectado por este proceso– y es experimentado a través de formas, tipos, arquetipos y estereotipos que fueron asimilados o elaborados en el curso de una vida. Con respecto al trauma, la memoria es siempre secundaria dado que lo que sucede no está integrado a la experiencia ni es recordado directamente y el acontecimiento debe ser reconstruido a partir de sus efectos o marcas. Em este sentido, no existe un acceso pleno e inmediato a la experiencia misma, ni siquiera para el testigo original y menos aún para el secundario o para el historiador (LaCapra, 2009, p. 35&36).

Esta questão também é abordada por Fierke:

[M]emory is not like a camera that captures or reflects reality “as it is.” It is rather a product of the stories people tell about themselves and others and therefore involves an active process of giving meaning to the past. These stories, like narrative more generally, are populated by others who exist within a moral order of right and wrong; emotions are attached to these stories, none of which are exclusively about the past but have implications for action in the present and future as well (Fierke, 2008, p.35).

Esse conhecimento do passado é central no processo de constituição das identidades. Neste sentido, não é possível estudar o fenômeno da memória coletiva sem considerar a interação entre história, memória e identidade.

And it is memory, whereby the past is made present, rather than history, that which simply happened before, which is central to the construction of individual and collective identity, to the process of ‘self-designation’. Much that is historical has no impact on the present; much that has impact is not historical (Bell, 2006, p.2).

Segundo Duncan Bell, “[i]t is clear, then, that deeply ingrained perceptions of the past play a powerful role in shaping communal identities, and

that this helps mould political perceptions and policy choices (ibid, p.15). Assim, a memória não apenas constituiria a identidade como também as decisões políticas e os interesses. Para este autor o caso mais visível seria o da Alemanha:

The most obvious case (...) is Germany. Vergangenheitsbewältigung ('coming to terms with the past'), and the often-acrimonious debates over what this entails and how far it should proceed, have moulded German public culture and identities since the end of the Second World War. (...) Now, in a united country, the past continues to structure the present. Perhaps the most obvious manifestation of this, at least in terms of global politics, concerns German attitudes to war. (...) Memory of the war, and in particular of the Holocaust, seems impossible to escape (Bell, 2006, p.13).

Apesar de este ser um tema que será desenvolvido no capítulo sobre o caso alemão (capítulo número cinco), vale destacar desde já que memória das atrocidades cometidas no Holocausto e do flagelo da Segunda Guerra estão diretamente relacionadas à postura antimilitarista e multilateralista deste país durante a guerra fria (veja, por exemplo, Berger 1998, p.4).

Neste ponto, é necessário levar em conta que a memória não é homogênea nem imune a contestação. Ela está inserida em relações complexas de classe, gênero e poder que determinam o que é lembrado e o que é esquecido. Por isso, Jenny Edkins afirma que “[r]emembering is intensely political: part of the fight for political change is a struggle for memory” (2003, p.54).

It is vital to remember that memory practices are not only the preserve of the state, of manipulative elites, and that neither communal identities nor social memories are homogeneous. They are always contingent, indeterminate and contestable. Memory is capable of being yoked to state power, in the name of nationalism, or employed in opposition, as a challenge to the dominant narratives (Bell, 2006, p.15).

O caso alemão é também um interessante exemplo da possibilidade de contestação da narrativa predominante. Se durante a guerra fria a memória coletiva levava este país a adotar o antimilitarismo, na década de 90 *os mesmos eventos históricos* serviram de justificativa para uma nova postura, no âmbito da qual, a guerra pode ser um curso de ação legítimo. Ou seja, como será abordado no quinto capítulo, na década de 90 a Alemanha adota uma postura contrária à sua

relutância, vigente na Guerra Fria, de utilizar a força: a prioridade alemã passa a ser o impedimento de genocídio, sendo a utilização da força uma estratégia possível na tentativa de se evitar catástrofes (Zehfuss, 2001, p.329&330).

Essa possibilidade de contestação também foi abordada por Jenny Edkins em *Trauma and the Memory of Politics* (2003). Este livro, além de explorar a instrumentalização do Estado soberano da comemoração de eventos traumáticos com intuito de reforçar a idéia de nação, também analisa como os grupos de oposição usam os mesmos eventos traumáticos para desafiar os sistemas políticos que produzem violência:

The protests reclaim memory and rewrite it as a form of resistance. The story is never finished: the scripting of memory by those in power can always be challenged, and such challenges are found at moments and in places where the very foundations of the imagined community have been laid out. (...)

The protesters, in refusing violent means, expose the violence of the state. This exposure is particularly poignant and powerful when it takes place in the face of the memorials to state violence (Edkins, 2003, p.216).

Por fim, cabe ressaltar que a cultura estratégica e a memória coletiva estão intimamente ligadas. A cultura estratégica é informada pela memória do passado. Como já foi dito, para Lantis, a cultura estratégica abarca não só elementos materiais, mas também ideacionais (2006, p.19). Em outras palavras, o conjunto de crenças que guiam o pensamento ao lidar com questões estratégicas está diretamente relacionado ao passado, à memória coletiva a respeito deste.

2.4

Construtivismo, Memória Coletiva, Cultura Estratégica e R2P

Este capítulo procurou desenvolver as bases teóricas que embasam esta dissertação. Ao abordar o construtivismo de Wendt, alguns temas que serão

relevantes ao longo deste trabalho foram abordados: a existência de efeitos constitutivos, a constituição de interesses por idéias, a questão da identidade nacional, dentre outros. Já em relação à crítica de Zehfuss ao pensamento deste autor, foi abordada a questão das interferências do nível externo na formação da identidade estatal, bem como a idéia de uma inexistência de uma uniformidade identitária interna (existência de múltiplas representações de identidades no nível interno).

Ao tratar da cultura estratégica foi demonstrado que essa atua como um filtro “validando” normas (como a R2P) - as que forem consideradas aceitáveis pela cultura estratégica predominante - ou “rejeitando” essas.

Por fim, na subseção sobre a memória coletiva afirmou-se que a maneira através da qual memórias de eventos passados são interpretadas influencia a postura dos países perante intervenções humanitárias em geral e, mais especificamente, perante a R2P. Também foi defendido a idéia de que o conhecimento do passado é central no processo de constituição das identidades.

Todas essas considerações servem de base para a hipótese desta dissertação. De acordo com esta, *eventos históricos*, *incentivos sistêmicos* globais da aderência a essa doutrina - ou da recusa desta - e *percepções de segurança/insegurança* do presente influenciam as preferências dos Estados em relação ao debate sobre intervenções amparadas na doutrina da Responsabilidade de Proteger.

Em relação aos eventos históricos, principalmente a *memória* a respeito destes eventos, percepções (idéias) que países foram construindo a partir desses fatos históricos (como colonização, interferências externas, crimes em massa no seu território, etc.) permeiam o debate sobre uma doutrina que abre a possibilidade para intervenções armadas. Neste ponto, é interessante ressaltar o papel da memória coletiva, bem como o da cultura estratégica.

Vale dizer que a memória a cerca dos eventos tratada no parágrafo anterior pode tanto aproximar os países de uma aceitação do R2P quanto o oposto. Em outras palavras, a memória do passado pode tanto favorecer uma aceitação da R2P quanto uma hostilidade perante esta doutrina. Países que sofreram a

experiência da colonização tendem a enxergar a soberania como escudo e a se contraporem a intervenções humanitárias, como será visto no capítulo 4. Já os que presenciaram graves crimes em massa no seu território têm a tendência de possuírem uma relação mais amistosa com a R2P, pois desenvolvem uma empatia pelas populações para as quais intervenções contemporâneas pretendem proteger. Assim, diferentes eventos históricos tendem a influenciar os Estados em direções diferentes.

Além do exposto no último parágrafo, também é muito importante ressaltar que os mesmos eventos históricos podem em diferentes contextos históricos gerar incentivos divergentes. Ou seja, em determinada ocasião podem incentivar uma aceitação da R2P, ao passo que em outro momento podem impelir o país a realizar o oposto. Como já foi dito neste capítulo, a Alemanha é um exemplo importante deste fato já que inicialmente sua memória coletiva inclinava a Alemanha ao antimilitarismo, entretanto na década de 90, a memória dos mesmos eventos impeliu este país a se tornar mais proativo na resolução de crises humanitárias.

Em relação aos incentivos da aderência a essa doutrina (ou da recusa desta), Estados podem se sentir incentivados a aderir devido a possíveis recompensas como, por exemplo, maior status internacional. Por outro lado, Estados podem se sentir impelidos a recusar essa doutrina seja por que seus países aliados fazem lobby contra esta ou, por exemplo, porque não querem arcar com os custos desta responsabilidade, principalmente, o uso da força.

Ou seja, a partir de uma descrição Wendtiana do interesse estatal, passível de mudanças e largamente baseado em fatores ideacionais, esta dissertação, ao tratar dos estudos de casos, analisará como esses incentivos se relacionam com o interesse nacional e, inclusive, o modificam. No caso da Índia e do Brasil, por exemplo, será argumentado que se décadas atrás o interesse nacional destes países incluía a defesa de uma visão clássica da soberania, fortemente ancorada na não-intervenção; atualmente, dado o interesse de um maior status internacional, esses países têm um forte incentivo a serem mais assertivos internacionalmente e a adotarem uma postura menos hostil em relação à normas como a R2P.

Já no que diz respeito às percepções de segurança/insegurança do presente, idéias de possíveis ameaças construídas no imaginário coletivo tendem a afastar Estados de uma aderência ao R2P. Estas ameaças podem ser externas ou frutos de um ambiente doméstico instável. No caso de ameaças externas, seu próprio território pode ser um possível objeto de intervenção, desta forma, o país pode considerar que não é estrategicamente favorável aderir a uma norma que prega a legitimidade de determinadas intervenções.

Ainda a respeito de ameaças externas, outra possibilidade é a de que os países vizinhos possam ser objetos de intervenções. Caso, por exemplo, um dado país deseje possuir uma hegemonia regional, ele pode se afastar de uma aderência à R2P por considerar que esta iria facilitar intervenções no seu entorno geográfico e, portanto, prejudicar sua posição de hegemon regional.

Já a respeito de ameaças internas, seu contexto interno pode ser turbulento, inclusive graves violações aos direitos humanos podem ser praticadas. Assim, o país pode considerar que a doutrina da R2P o deixa vulnerável a intervenções externas. Como será visto no capítulo 7, a Índia é um exemplo de país com contexto doméstico turbulento, desta forma, apesar de os quatro crimes tratados pela R2P não ocorrerem em solo indiano, esta questão deixa este país vulnerável, e dentre outros fatores, afasta este país de uma adesão plena à doutrina.

Ao longo da análise dos posicionamentos alemão, brasileiro e indiano perante a R2P, será abordado como em cada país esses três fatores se relacionaram. Como os estudos de caso mostrarão, os países ao lidarem com a R2P sofrem a influência de diversos fatores que impulsionam os Estados a adotar medidas opostas. Assim sendo, alguns fatores tendem a levar o Estado a aderir à doutrina da R2P, ao mesmo tempo em que outros agem no sentido contrário. Desta forma, será investigado se algum desses fatores tem maior relevância em relação aos demais.

2.5

Considerações Metodológicas

Ao analisar os processos pelos quais os objetivos nacionais, perante a R2P, são construídos; serão abordados tanto fatores externos quanto internos. Desta forma, apesar de a obra de Alexander Wendt ser uma das bases teóricas deste trabalho, esta dissertação não compartilha sua análise estadocêntrica que anula os debates internos, ou seja, que não leva em consideração, por exemplo, a representação das múltiplas identidades mencionadas por Zehfuss, como foi descrito a cima.

Como, será visto ao longo deste trabalho, principalmente quando este lidar com o caso alemão, nos processos pelos quais os posicionamentos nacionais perante a R2P são construídos, são essenciais as múltiplas representações de identidades diferentes que são discutidas no nível interno. Ou seja, como Zehfuss destacou o importante não é o fato de que a história é importante, mas sim que múltiplas representações da história são importantes (veja o subitem 2.1.2).

Em outras palavras, uma análise que trata os Estados como entidade unificada, não consegue lidar com essas múltiplas representações de fatos históricos, ou seja, não analisa satisfatoriamente a questão de que a memória não é homogênea nem imune à contestação, já que ela está inserida em relações complexas de poder que determinam o que é lembrado, assim como o que é esquecido.

Também vale dizer que, ao analisar o posicionamento dos três países perante a R2P, será realizada uma análise qualitativa de artigos acadêmicos, discursos, pronunciamentos, documentos oficiais e entrevistas. Entretanto será dado um destaque especial aos discursos destes países em discussões no âmbito da ONU a respeito de temas correlatos com a R2P, como por exemplo, intervenções humanitárias.

Por fim, é importante dizer que a variável dependente é a aderência à norma em questão, já as variáveis independentes são os três fatores presente na

hipótese: Eventos históricos, incentivos à aderência/ negação desta doutrina e percepções de segurança/insegurança do presente.

2.6

Justificativa: Por que R2P e Por que Alemanha, Brasil e Índia?

Diversos atores internacionais importantes – acadêmicos, diplomatas, repórteres, dentre outros - já apontaram para a relevância da doutrina. Thomas Weiss, por exemplo, afirmou que com a possível exceção da Convenção contra o Genocídio de 1948, nenhuma idéia se moveu mais rapidamente na arena normativa internacional que a R2P (2007, p.1). Levando em consideração os três países em questão, como será visto mais adiante, o Livro Branco de 2006 do Ministério da Defesa alemão, afirmou que o “debate about the Responsibility to Protect is increasingly impacting on the ways of thinking in western countries” (Alemanha, 2006, p.44). Assim como, a presidente brasileira, Dilma Rousseff, ao se referir a R2P, afirmou que “[i]sto veio para ficar” (Valor Econômico, 2012), conforme será abordado com maiores detalhes mais adiante.

Desta forma, tendo em vista que mesmo países que inicialmente adotaram uma postura muito cética perante a doutrina, como foi o caso do Brasil, atualmente reconhecem sua importância, a R2P tem uma propensão a impactar não só o pensamento de países ocidentais, como o documento alemão mencionou, mas a da comunidade internacional de forma geral. Assim como, não apenas o pensamento, mas também a própria atuação desta. Um indicador deste fato é a menção à R2P presente na Resolução 1973 a respeito da crise da Líbia, conforme já foi tratado na introdução.

Assim sendo, possivelmente a R2P no futuro impactará na vida de diversas pessoas mundialmente – positivamente ou negativamente. Desta forma, é necessário haver um debate franco sobre seus limites e seus critérios para que esta não represente um cavalo de Tróia, ou seja, uma instrumentalização dos países poderosos para avançar interesses egoístas. Inclusive, os três países tratados neste

trabalho, por não adotarem uma posição idêntica à das potências ocidentais dominantes, podem contribuir para este debate construtivo.

Neste ponto, então, é importante dizer que os três países em questão - Alemanha, Brasil e Índia - foram selecionados, primeiramente, como já foi mencionado na introdução, devido ao papel de destaque que estes Estados já desempenham no contexto internacional, assim como a previsão de que no futuro estes ainda sejam mais influentes. Ou seja, como foi defendido, dada essa previsão, a posição que estes países adotam em relação a doutrinas como a R2P, no futuro impactará a vida de muitas pessoas.

Mas eles também foram selecionados devido a dois fatores secundários: Primeiramente, ambos os três mudaram seu posicionamento perante as intervenções humanitárias ao longo do tempo, adotando uma postura mais proativa contemporaneamente. Assim como estes, de certa forma, tem uma postura diferente da dos seus aliados, ou vizinhos, perante a R2P. A Alemanha, por exemplo, difere dos seus aliados da OTAN por ter uma abordagem perante a R2P fortemente marcada por critérios. Já a Índia e o Brasil, países do hemisfério sul, aonde de forma geral os países tendem a enxergar a soberania como um escudo, como será discutido no quarto capítulo, passaram a se autoproclamarem países capazes de atuar na manutenção da ordem global, de portar as responsabilidades atreladas a países poderosos - assim sendo, adotaram uma postura perante a R2P mais pragmática.

Cabe ainda destacar que a Alemanha - por ser um país do norte - não segue padrões de pensamento do hemisfério sul, inclusive relacionados ao anticolonialismo. Assim sendo, através da incorporação deste país a esta dissertação, procurou-se contrapor este com os dois outros países mencionados. Contudo, como será visto, apesar de não seguir os padrões de pensamento do hemisfério sul, a Alemanha também se mostrou no passado muito reticente em relação ao uso da força. Inclusive, atualmente defende a existência de critérios claros para a utilização desta.

2.7

Marco Temporal.

Será adotado como marco temporal o fim da Segunda Guerra Mundial. Esse momento histórico foi escolhido, pois ele representa um divisor de águas: depois dele há uma rica evolução das normas de Direitos Humanos, normas essas de caráter essencial para o desenvolvimento posterior da R2P. Além disso, esse marco histórico foi selecionado, pois a guerra em questão é de vital importância, especialmente, para um dos estudos de caso que serão avançados: o da Alemanha.